



# HONG KONG: PORTA COMERCIAL

Therezinha de Castro

## INTRODUÇÃO

**N**a entrada da Baía de Cantão situa-se Hong-Kong, integrando desde o século passado o vasto Império Britânico, vizinha de Macau, em poder dos portugueses.

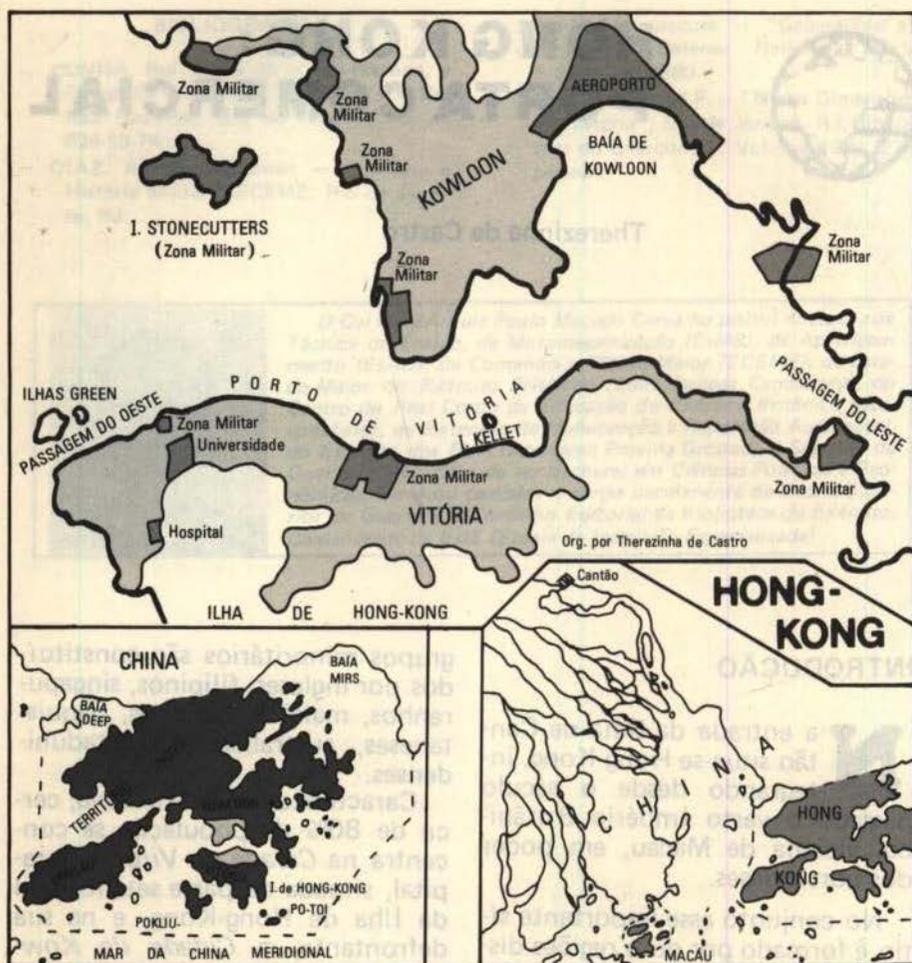
No conjunto esse importante sítio é formado por duas regiões distintas: a *Ilha de Hong-Kong* (83 km<sup>2</sup>) e a *Península de Kowloon* (41 km<sup>2</sup>) que englobando várias ilhas entre as quais a de *Lantau* (889 km<sup>2</sup>) forma o chamado *Território Novo*; constituindo-se, assim, essa *Colônia da Coroa* numa área total de 1.013 km<sup>2</sup>, que é pouco menor que a do nosso Município do Rio de Janeiro. (Mapa).

Sua *população* estimada em 1981 em 5.154.100 pessoas, conta com 98% de chineses; os demais

grupos minoritários são constituídos por ingleses, filipinos, singapurenhos, malaios, indianos, paquistaneses, australianos e estadunidenses.

Caracterizadamente *urbano*, cerca de 80% da população se concentra na *Cidade de Vitória*, a capital, situada na parte setentrional da Ilha de Hong-Kong, e na sua defrontante, a *Cidade de Kowloon*, ligada a Cantão por 13 km de ferrovias.

O termo *Hong-Kong*, que serve para dar nome à Colônia em geral, deriva do chinês, e entre várias interpretações significa — ricas águas, águas perfumadas ou porto delicioso. De fato, na realidade, aí está o *único porto seguro e profundo entre Shangai na China e o Vietnã*, que com os seus 27 km de extensão serve para a entrada de produtos ingleses e do mundo



ocidental capitalista na China Popular.

Hong-Kong se destaca pela natureza montanhosa e o excepcional posicionamento da baía entre a ilha e a terra firme, que lhe garante grande atividade, sendo, sobretudo, a *porta comercial da China*.

Além de centro comercial, a Colônia se destaca nas *atividades in-*

*dustriais*; com lugar de destaque para as indústrias de tecidos e confecções, seguindo-se pela do cimento, de produtos eletrônicos, turismo, reexportação e sistema bancário. Entre os *produtos minerais* o ferro vem à frente; enquanto seus *principais parceiros comerciais* são, além da Inglaterra, a China, o Japão e os Estados Unidos.

A *agricultura* é praticada princi-

palmente no Território Novo, onde se planta arroz, alimentação básica da população; a produção é, no entanto, insuficiente, daí Hong-Kong depender da remessa de alimentos da China, de onde lhe chega também a água e a eletricidade.

Graças ao comércio e à indústria, Hong-Kong tem *uma das maiores rendas per capita e um dos maiores níveis de produto bruto interno da Ásia*. Num contraste, porém, Hong-Kong que tem 80% de sua população vivendo em área urbana, principalmente em favelas, em decorrência da falta de habitações, apresenta *um dos mais altos custos de vida de todo o mundo*. Outro grave problema, ainda não resolvido, é o do *desemprego* que em 1981 atingia cerca de 73.000 pessoas; para enfrentá-lo, o governo decidira, desde 1979, proibir a entrada de imigrantes, sobretudo chineses, sempre em busca de melhores condições de trabalho.

## OCUPAÇÃO INGLESA

Antes da chegada dos ingleses, Hong-Kong era apenas uma ilha quase que despovoada, abrigando população de pescadores e servindo de refúgio aos piratas.

No século XIX os ingleses dominavam *o comércio europeu em Cantão*; o ópio proveniente da Pérsia (atual Iran) e da Índia era o principal produto de importação. No entanto, havia uma proibição do governo chinês, desde 1799, para a importação desse produto.

Tal medida tinha duplo objetivo: o de preservar a higiene social e o de evitar a saída de numerários exigida pela intensa importação da erva.

Em 1839 a China resolveu punir os infratores deste comércio ilegal, e sendo esses em sua maioria ingleses, teria que enfrentar a chamada *Guerra do Ópio*. Vencida a China, obtinha a Inglaterra em 1841, pelo *Tratado de Cantão*, ratificado no ano seguinte pelo *Tratado de Nankim, a posse de Hong-Kong*, a ilha a 1,5 km do continente serviria como ponto de apoio para seu comércio; a presença de uma guarnição militar no local daria proteção mais eficaz aos súditos ingleses. A fim de melhor dotar esse estabelecimento, a Inglaterra foi adquirindo os territórios vizinhos: conseguiu anexar a Península de Kowloon (1860); a área contígua à península, as ilhas de Lantáu, Pokliú-Cháu, Po-Toi e outras menores foram arrendadas sob o nome de Território Novo em 1898, pelo prazo de 99 anos.

Os ingleses haviam observado, que, embora faltassem recursos à ilha, esta se desenvolver como escala comercial pelo posicionamento em *ponto de grande valor geoestratégico no caminho para a China*.

## ASPECTO GEOPOLÍTICO

As posições insulares, procuradas no século passado pela Inglaterra, serviram-lhe para *controlar as rotas marítimas*. Além das ilhas oceânicas, os ingleses procuraram estabelecer uma *rede de empórios*

em ilhotas próximas de continentes, como por exemplo Singapura e Hong-Kong, isoladas do interior e dotadas de bons portos. Estes empórios, no entanto, ficavam na mais estreita dependência geopolítica da potência que ocupava o continente contíguo — no caso de Hong-Kong apresentava-se a China.

Conseqüentemente a posição insular obtida pela Inglaterra em Malta, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, etc é militar e juridicamente mais sólida que o estabelecimento marginal sobre a costa, representado por Gibraltar e Hong-Kong. Nessas últimas posições a Inglaterra passaria a sofrer pressões por parte das potências marginais.

## CONCLUSÃO

Há mais de um século estão, pois, os ingleses instalados nessa área do território chinês, que forma em conjunto a *Colônia Real de Hong-Kong*. Esta é administrada por um Governador, auxiliado por um Conselho Executivo. Integra também o poder político um Conselho Legislativo formado por elementos ingleses e chineses.

Em 1941-45 os japoneses ocuparam Hong-Kong, e findo o conflito mundial os ingleses voltaram a governar a Colônia. Em 1949 os comunistas chineses derrotam os nacionalistas, evitando porém invadir Hong-Kong.

É que Hong-Kong já se havia transformado na *porta comercial da China com o mundo exterior*. Cerca de 75% das exportações

chinesas seguiam através desse porto para os países do Sudeste Asiático, em sua maioria pró-ocidentais. Em contrapartida, só os Estados Unidos compravam 28% de todos os produtos manufaturados de Hong-Kong de davam-lhe grande movimento turístico através dos soldados licenciados da então Guerra do Vietnã, que iam até lá para gozo de suas férias. Dentro de tal conjuntura Hong-Kong rendia à China cerca de 500 milhões de dólares estadunidenses anuais. A participação direta do governo chinês na economia lucrativa da colônia explicaria o aparente descaso de Mao-Tse-Tung pela existência desse enclave inglês em seu território.

Nesse contexto, André Fontaine, num artigo publicado no "Le Monde" a 9 de maio de 1967, dizia: "a China necessita de uma porta para comerciar com o mundo exterior e Mao fecha os olhos diante das tremendas diferenças sociais que existem em Hong-kong, entre ricos comerciantes e a população chinesa, propriamente dita, que vive em condições miseráveis. Fecha os olhos também ante o fato indiscutível de que Hong-Kong é território chinês".

Para a China, que vivia quase no isolamento no mundo do dólar, havia interesse em que Hong-Kong permanecesse, pelo menos por algum tempo mais, nas mãos dos ingleses. Mas procurava, por outro lado, demonstrar certo interesse pelo destino desse núcleo colonial. Daí, em abril de 1967 os jornais comunistas de Hong-Kong (Tan-

Hung-Pao e Wen-Wei-Pao) terem publicado um edital criticando o governador inglês. No mês seguinte, insuflada pelos comunistas, realizava-se uma série de greves operárias, que culminaram em choque com a polícia inglesa e a prisão de vários participantes. Reclamou então Mao-Tse-Tung contra o que denominou de "repressão selvagem", enquanto mandava fechar um escritório inglês em Shangai.

No entanto, é óbvio que se o governo chinês quisesse realmente prejudicar Hong-Kong, bastaria simplesmente mandar cortar o suprimento de água e energia que lhe fornecia e fornece ainda. Embora preocupasse ao governo chinês a presença da esquadra dos Estados Unidos, em ação na Guerra do Vietnã, reabastecendo-se nesse porto, preferia manter o *status quo*, pelas vantagens econômicas que usufruía. Declarava, na ocasião o Chanceler Chen-Yi que tanto Hong-Kong como Macaú, que já haviam esperado tanto tempo por sua liberdade, poderiam esperar ainda um pouco mais.

Passado o período maoísta, com a China dando uma guinada de 180 graus com vistas ao mundo ocidental, fugindo da tutela de Moscou, em 1982 a Primeira Ministra Margareth Thatcher visitava Pekim para que tivesse início as negociações sobre a devolução de Hong-Kong à China.

Foram ao todo dois anos de difíceis negociações entre Pekim e Londres, que culminaram em 26 de setembro de 1984 com a assinatura de um Tratado que irá devol-

ver em 1997 à China a jurisdição sobre o referido território.

A devolução de Hong-Kong, o terceiro maior centro financeiro do mundo, estabelece, no entanto, que o território se transformará numa Zona Administrativa Especial da China, conservando seu atual sistema capitalista, bem como organização social, legal, judicial e educacional.

Pelo tratado de 26 de setembro de 1984 Hong-Kong continuará a ser porto livre, decidindo sobre sua própria política econômica e comercial, ficando autorizado a decretar suas leis. O acordo versa também sobre garantias de trânsito livre e manutenção da liberdade de opinião e de religião, *sem que haja alteração do sistema global durante 50 anos.*

As cópias do referido documento, chamado na Inglaterra de proposta de acordo, e de declaração conjunta pela China, foram assinadas pelo Embaixador inglês Sir Richard Evans e pelo Chanceler-Adjunto da China, Zhou-Nan, sendo enviadas aos respectivos governos para a aprovação formal.

Na mesma ocasião, nas Nações Unidas, o Chanceler da Espanha, Fenando Morán, afirmava que seu país também aceitaria uma solução como a de Hong-Kong para Gibraltar; desde 1980 que os governos de Madrid e de Londres vêm tentando resolver sobre a disputa do território que domina a entrada no Mediterrâneo, mas a nada de prático se chegou ainda.

Embora Pekim haja considerado o acordo de 26 de setembro de 1984 como uma vitória diplomáti-

ca, na prática, *o documento encerra o conceito imaginativo de um país com dois sistemas*; daí o Chanceler britânico, Sir Geoffrey Howe, que na ocasião se encontrava em Nova York para participar da Assembléia Geral da ONU, haver declarado que o acordo se constituía numa "proposta revolucionária sem precedentes". Afirmou, ainda, que *não poderia haver comparação entre a situação de Hong-Kong e os problemas que envolviam Gibraltar e as Malvinas*. A devolução de Hong-Kong se prendia ao fato do território estar em poder da Inglaterra sob contrato; o que já não ocorria com Gibraltar e as Malvinas, territórios sobre os quais o governo de Londres não tinha qualquer dúvida sobre sua soberania.

Assim, Hong-Kong passará ao governo chinês no dia 1º de julho de 1997, quando terminará o contrato de cessão do território à Inglaterra, mas *conservará o sistema capitalista até o ano 2047*. Conseqüentemente, o direito à propriedade privada será mantido e *o dólar Hong-Kong continuará a ser livremente conversível*. No contexto o papel de Hong-Kong poderá ser bem ilustrado pelo fato da Colônia ter sido responsável pelos 40% dos ganhos anuais da China com as exportações. Por outro lado, nos últimos cinco anos, o comércio entre a China e Hong-Kong aumentou em 500%, chegando em 1983 a um valor de 6 bilhões e 800 milhões de dólares estadunidenses.

Responsável por seu próprio comércio externo após voltar a per-

tencer à China, continuará Hong-Kong com suas atividades marítimas de porto livre, conservando suas relações culturais e econômicas com outros países sob o nome de *Hong-Kong-China*, cabendo ao governo do território expedir passaportes.

É forçoso ressaltar que a China, atualmente com vigorosos planos de modernização, está precisando não só da entrada de recursos financeiros como também de tecnologia estrangeira. Dondé se concluir que, na conjuntura imposta pelo acordo de 1984, *Hong-Kong se manterá como lugar ideal para projetos de cooperação industrial tripartites envolvendo know-how do Ocidente*. Por outro lado, seu status de porto livre, as excelentes instalações portuárias e de comunicações, a proximidade de laços empresariais e culturais com a China, tudo virá a favorecer a prosperidade de Hong-Kong na qualidade de 3º maior centro financeiro do mundo.

Conforme o acordo de 1984, Hong-Kong, como Zona Administrativa Especial da China "desfrutará de um alto grau de autonomia, exceto em assuntos de defesa e de política externa". No entanto, seu governo será composto por membros da população local, muito embora o chefe do executivo deva ser aprovado por Pekim após eleições ou consultas no território.

É fato, porém, que o líder chinês, Deng Xiaoping, com 80 anos de idade, continua a refletir os temores de sua geração de comunistas mais idosos, de que não

viverão para completar o que chamam de "libertação da China", ou seja, a plena recuperação de Hong-Kong e de Formosa. Até o momento Formosa permanece indefinidamente fora do alcance do Pekim, acatando plenamente o acordo de 26 de setembro e concorrendo para a boa administração de Hong-Kong. Deng acredita que será mais fácil trazer de volta os chineses de Formosa acostumados ao sistema capitalista.

Finalmente, o acordo de setembro de 1984, que Londres considerou como "uma proposta surpreendente entre uma potência capitalista e outra comunista",

define para um futuro não muito distante a volta de Hong-Kong para a China, que não esconde o seu desejo de obter *uma transição pacífica para esse território*, utilizando-a, em contrapartida, em sua *campanha de longo prazo para alcançar a reunificação, em seus próprios termos, com Formosa.*

*Formosa e também Macau devem ser as próximas metas; daí o Presidente Li Xianian haver assegurado, ainda em julho de 1984, durante a reunião de antigos alunos da Academia Militar de Whampoa de Cantão: "todos nós esperamos ver a reunificação do país nos anos que nos resta viver".*



*Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".*